

# GUARULHOS-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS - SÃO PAULO

## PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática e Raciocínio Lógico
- ▶ Informática
- ▶ Conhecimentos Pedagógicos
- ▶ Legislação Educacional
- ▶ Conhecimentos Específicos



**BÔNUS**  
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS  
- INFORMÁTICA

# **AVISO IMPORTANTE:** **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

## **POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?**



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:  
Acesse agora: [www.apostilasopcao.com.br](http://www.apostilasopcao.com.br)

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

**Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.**





# **GUARULHOS - SP**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS - SÃO PAULO**

**PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

EDITAL DE ABERTURA N°.02/2026-SGE01

CÓD: OP-029MA-26  
7908403593217

## Língua Portuguesa

1. Interpretação e compreensão de textos de diferentes gêneros .....	9
2. Identificação de informações explícitas e implícitas .....	9
3. Inferência de sentido .....	10
4. Coesão e coerência textual .....	11
5. Significação de palavras e expressões.....	14
6. Sinonímia e antonímia .....	17
7. Sentido próprio e figurado.....	18
8. Ortografia oficial .....	18
9. Acentuação gráfica.....	19
10. Classes de palavras; Flexão nominal e verbal; Tempos e modos verbais.....	23
11. Concordância nominal e verbal .....	30
12. Regência nominal e verbal.....	32
13. Crase .....	33
14. Emprego e colocação pronominal .....	34
15. Pontuação.....	35
16. Estrutura e formação de palavras .....	37
17. Reescrita de frases e trechos .....	40

## Matemática e Raciocínio lógico

1. Resolução de situações-problema envolvendo as quatro operações .....	59
2. Números inteiros, racionais e decimais .....	61
3. Porcentagem.....	67
4. Razão e proporção .....	68
5. Regra de três simples.....	70
6. Grandezas e medidas.....	71
7. Leitura e interpretação de tabelas e gráficos.....	73
8. Sequências lógicas, análise de padrões .....	76
9. Raciocínio lógico-quantitativo.....	77

## Informática

1. Noções de informática básica .....	79
2. Sistema operacional Windows; gerenciamento de arquivos e pastas .....	80
3. Edição de textos, planilhas eletrônicas e apresentações no Microsoft Office .....	82
4. Internet, navegação e pesquisa na internet.....	86
5. Correio eletrônico.....	94
6. Armazenamento e compartilhamento de arquivos .....	96
7. Procedimentos de segurança da informação.....	98

## Conhecimentos Pedagógicos

1. Fundamentos psicológicos, históricos, sociais, políticos e legais da educação brasileira aplicados à Educação Infantil .....	107
2. Princípios, fins e organização da educação básica, com ênfase na Educação Infantil.....	110
3. Políticas públicas educacionais voltadas à Educação Infantil, à inclusão e à formação docente .....	113
4. Gestão democrática do ensino público.....	115
5. Projeto Político Pedagógico da unidade educacional .....	121
6. Planejamento educacional e do trabalho pedagógico.....	123
7. Currículo .....	126
8. Avaliação educacional, com ênfase na avaliação formativa e processual.....	129
9. Formação continuada dos profissionais da educação .....	132
10. Inclusão, equidade, diversidade e garantia do direito à aprendizagem.....	135
11. Educação especial na perspectiva inclusiva .....	138
12. Acessibilidade educacional .....	140
13. Educação das relações étnico-raciais.....	143
14. Proteção integral da criança e do adolescente no ambiente escolar .....	146
15. Pedagogia do desenvolvimento.....	149

## Legislação Educacional

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, especialmente arts. 205 a 214 .....	157
2. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.....	160
3. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990: Estatuto da Criança e do Adolescente.....	180
4. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil .....	220
5. Base Nacional Comum Curricular: Etapa da Educação Infantil .....	222
6. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016: Marco Legal da Primeira Infância.....	234
7. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015: Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.....	240
8. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012: Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.....	259
9. Leis nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e nº 11.645, de 10 de março de 2008 .....	260
10. Lei nº 7.598, de 1º de dezembro de 2017: Aprova o Plano de Educação da Cidade de Guarulhos – PME 2017/2027 .....	261
11. Lei Municipal nº 6.058, de 24 de maio de 2005, e alterações posteriores, no que couber ao Magistério Público do Município.....	270
12. Portaria nº 10/2020-SE: Homologação da Proposta Curricular do Município de Guarulhos – Quadro de Saberes Necessários (QSN).....	276
13. Proposta Curricular do Município de Guarulhos – Quadro de Saberes Necessários (QSN) – Educação Infantil.....	276
14. Lei nº 15.211/2025 de 17/09/2025 – ECA Digital .....	276
15. Lei Federal 15.326 de 06/01/2026 - Inclui os professores da educação infantil como profissionais do magistériotermino ..	284
16. Lei Municipal 8.286 de 20/06/2024 - Permitir à pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) o ingresso e a permanência em qualquer local portando utensílios e objetos de uso pessoal e alimentos para consumo próprio, no âmbito do Município de Guarulhos .....	285

# Conhecimentos Específicos

## Professor(a) de Educação Infantil

1. Trabalho docente na Educação Infantil; especificidades do atendimento a bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas; criança como sujeito de direitos, ativa em seus processos de aprendizagem e desenvolvimento .....	289
2. Práticas pedagógicas centradas nas interações e nas brincadeiras .....	291
3. Organização intencional de experiências de aprendizagem nos campos de experiências; observação, escuta, acolhimento, mediação e acompanhamento do desenvolvimento infantil.....	294
4. Planejamento, desenvolvimento, registro, documentação pedagógica e avaliação do trabalho com as crianças .....	299
5. Registros pedagógicos e de acompanhamento da rotina e frequência das crianças no contexto da unidade educacional	303
6. Organização dos tempos, espaços, ambientes, materiais e brinquedos .....	307
7. Rotina na Educação Infantil; adaptação, acolhimento e transições no cotidiano escolar.....	307
8. Promoção da autonomia, da identidade, da convivência, da curiosidade, da participação e do protagonismo infantil.....	309
9. Múltiplas linguagens da criança; oralidade, escuta, imaginação, expressão corporal, artística e lúdica; experiências com movimento, música, artes, literatura infantil, natureza, sociedade, espaço, tempo, quantidades.....	311
10. Relações e transformações; cuidados essenciais na Educação Infantil: higiene, alimentação, hidratação, repouso, bem-estar, saúde, segurança e proteção da criança no ambiente escolar.....	315
11. Incentivo à construção de hábitos de autocuidado; prevenção de acidentes e segurança no ambiente da Educação Infantil; organização e conservação de materiais e do espaço educativo.....	318
12. Relação escola-família; comunicação com pais e responsáveis .....	320
13. Trabalho colaborativo com a equipe gestora e demais profissionais da unidade.....	325
14. Práticas inclusivas na Educação Infantil, inclusive no atendimento de educandos surdos, com valorização da Libras como meio de interação e aprendizagem.....	326
15. Uso intencional de recursos tecnológicos e midiáticos nas experiências pedagógicas .....	329
16. Base Nacional Comum Curricular – etapa da Educação Infantil .....	332
17. Resolução CNE/CEB nº 5/2009 .....	332
18. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil .....	334
19. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil .....	334
20. Proposta Curricular do Município de Guarulhos – Quadro de Saberes Necessários (QSN) – Educação Infantil.....	334

# LÍNGUA PORTUGUESA

## INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

### Dicas práticas

- Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.
- Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.
- **Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto:** dados, fonte de referências e datas.
- 4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.
- **Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam compreensão do texto aparecem com as seguintes expressões:** o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor... Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...

## IDENTIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS

### MENSAGENS EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS

Na comunicação verbal e escrita, as mensagens podem ser transmitidas de forma explícita, quando a informação está claramente apresentada, ou de forma implícita, quando o entendimento depende da interpretação do leitor ou ouvinte.

Essa distinção é essencial para a análise de textos e discursos, especialmente em provas de concursos públicos e exames que exigem compreensão detalhada do conteúdo.

#### ► O Que São Mensagens Explícitas

As mensagens explícitas são aquelas em que a informação está claramente expressa no texto, sem necessidade de dedução ou interpretação subjetiva. Elas transmitem um conteúdo direto e objetivo, permitindo ao leitor compreender o significado sem esforço adicional.

#### *Exemplo de mensagem explícita:*

**Frase:** *O trânsito está congestionado devido ao excesso de veículos na avenida.*

**Análise:** *A informação é clara e objetiva. O trânsito está congestionado, e a causa é o excesso de veículos.*

As mensagens explícitas são comuns em textos informativos, como notícias, artigos científicos e comunicados oficiais, nos quais a precisão das informações é essencial.

#### ► O Que São Mensagens Implícitas

As mensagens implícitas exigem que o leitor faça inferências a partir do contexto e do conhecimento prévio. Essas mensagens podem estar disfarçadas por meio de figuras de linguagem, ironia, metáforas ou omissões estratégicas.

#### *Exemplo de mensagem implícita:*

**Frase:** *Se eu fosse você, não sairia agora.*

**Análise:** *O enunciado não afirma diretamente que há trânsito ou perigo, mas sugere que há algum problema para sair naquele momento.*

A interpretação de mensagens implícitas depende de elementos como:

- Contexto do discurso, ou seja, quem fala, para quem e em que situação
- Conhecimento de mundo, que envolve informações culturais, sociais e históricas compartilhadas entre emissor e receptor

## AMOSTRA

- Uso de recursos linguísticos, como ironia, metáfora e eufemismo

**Diferença Entre Implícito e Subentendido:**

Embora as mensagens implícitas e subentendidas sejam frequentemente confundidas, há uma diferença sutil entre elas.

- **Mensagem implícita:** Está no discurso, mas exige inferência para ser compreendida. O emissor insere pistas no texto para que o leitor chegue à conclusão.
- **Mensagem subentendida:** Não está necessariamente no texto, mas pode ser deduzida a partir do contexto geral.

**Exemplo de mensagem implícita:**

**Frase:** *Este restaurante nunca tem fila.*

**Análise:** *Pode indicar que o restaurante não é popular ou que o serviço é rápido.*

**Exemplo de mensagem subentendida:**

**Frase:** *Gostei muito do presente. (Dito com expressão de desagrado)*

**Análise:** *Embora as palavras afirmem satisfação, a expressão facial sugere o contrário.*

**Estratégias para Identificar Mensagens Implícitas:**

Para compreender mensagens implícitas em textos e discursos, algumas estratégias podem ser utilizadas:

- Prestar atenção ao contexto e ao objetivo da fala ou do texto
- Observar a escolha das palavras e verificar possíveis ambigüidades ou indiretas
- Considerar o tom do discurso, especialmente quando há ironia ou sarcasmo
- Analisar elementos não verbais em textos multimodais, como imagens em charges e propagandas, que podem sugerir significados além do que está escrito

**▶ Exemplos em Diferentes Gêneros Textuais****Em uma notícia:**

- **Explícito:** O governo anunciou um novo programa de habitação popular.
- **Implícito:** O governo tenta melhorar sua imagem com novas políticas sociais. (Sugere que há uma intenção política por trás da ação).

**Em uma propaganda:**

- **Explícito:** Este creme hidrata sua pele por 24 horas.
- **Implícito:** Se você não usar este creme, sua pele pode ficar ressecada. (Sugere que o uso do produto é necessário).

**Em uma charge:**

- **Explícito:** O desenho mostra um homem carregando várias sacolas de compras.
- **Implícito:** A expressão cansada do personagem pode sugerir que o consumo excessivo gera desgaste físico e financeiro.

**INFERÊNCIA DE SENTIDO**

A inferência textual é um processo cognitivo fundamental para a interpretação de textos. Ela consiste em deduzir informações que não estão explicitamente expressas, mas que podem ser compreendidas a partir do contexto, do conhecimento prévio do leitor e da relação entre as ideias no texto.

Essa habilidade é essencial para a leitura crítica e a resolução de questões de interpretação de textos, sendo amplamente cobrada em concursos públicos e exames.

**▶ O Que é Inferência Textual?**

Inferir significa “concluir algo com base em indícios”. No contexto da leitura, a inferência ocorre quando o leitor vai além do que está escrito e compreende significados implícitos.

Por exemplo, no trecho:

*“João saiu de casa sem guarda-chuva. Minutos depois, voltou todo molhado.”*

Embora o texto não mencione diretamente, podemos inferir que João foi surpreendido pela chuva.

**▶ Tipos de Inferência**

A inferência pode ocorrer de diferentes maneiras, dependendo das pistas fornecidas pelo texto e do conhecimento do leitor.

**Inferência Lógica:**

Baseia-se nas informações explícitas do texto, exigindo apenas uma dedução direta.

**Ex.:**

**Texto:** *“Carlos comprou um bolo e colocou velas sobre ele.”*

**Inferência:** *Provavelmente, Carlos está preparando um aniversário.*

**Inferência Pragmática:**

Depende do conhecimento prévio do leitor sobre o mundo e sobre normas sociais.

**Ex.:**

**Texto:** *“Ana colocou um casaco pesado antes de sair.”*

**Inferência:** *O clima está frio.*

**Inferência Semântica:**

Relaciona-se ao significado das palavras e expressões, ajudando a entender termos desconhecidos.

**Ex.:**

**Texto:** *“João não conseguia esconder sua exultação após receber a notícia.”*

**Inferência:** *“Exultação” significa alegria intensa.*

# MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

## RESOLUÇÃO DE SITUAÇÕES-PROBLEMA ENVOLVENDO AS QUATRO OPERAÇÕES

### RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS

A resolução de problemas é um aspecto fundamental da matemática que envolve a aplicação de conceitos, fórmulas e raciocínio lógico para encontrar soluções para uma variedade de questões. Este processo não só aprimora a compreensão matemática, mas também desenvolve habilidades críticas de pensamento. A seguir, apresentamos um guia detalhado para a resolução de problemas matemáticos:

#### ► Compreensão do problema

- Leia cuidadosamente o enunciado do problema e certifique-se de entendê-lo completamente.
- Identifique os dados fornecidos, as incógnitas a serem encontradas e as restrições dadas.

#### ► Planejamento

- Decida quais métodos matemáticos ou fórmulas são relevantes para o problema.
- Use diagramas, gráficos ou tabelas para visualizar o problema.
- Se o problema for complexo, divida-o em partes menores e mais gerenciáveis.

#### ► Execução

- Siga o plano desenvolvido e execute os cálculos necessários.
- Mantenha os dados e cálculos organizados para evitar confusões.
- Aplique o raciocínio lógico para seguir passo a passo até a solução.

#### ► Verificação

- Verifique se todos os cálculos foram feitos corretamente.
- Certifique-se de que a solução atende a todas as condições do problema.
- Veja se a resposta faz sentido no contexto do problema.

#### ► Comunicação

- Apresente a solução de forma clara e estruturada.
- Detalhe o processo e o raciocínio utilizados para chegar à solução.

- Utilize a terminologia matemática correta para evitar ambiguidades.

#### ► Técnicas para resolver problemas

Ao resolver problemas, é frequentemente necessário traduzir a linguagem comum para a linguagem matemática. Aqui estão algumas correspondências comuns:

Linguagem da questão	Linguagem Matemática
Preposições "da", "de", "do"	Multiplicação (* ou .)
Preposição "por"	Divisão (÷)
Verbos "equivale a", "será", "é"	Igualdade (=)
Pronomes interrogativos "qual", "quanto"	Incógnita (x)
Um número	x
O dobro de um número	2x
O triplo de um número	3x
A metade de um número	x/2
A terça parte de um número	x/3
Dois números consecutivos	x, x+1
Três números consecutivos	x, x+1, x+2
Um número Par	2x
Um número Ímpar	2x - 1 ou 2x+1
Dois números pares consecutivos	2x, 2x+2
Dois números ímpares consecutivos	2x-1, 2x+1
O oposto de X ( na adição )	- x
O inverso de X ( na multiplicação)	1/x
Soma	Mais, aumentar, ganhar, adicionar
Subtração	Menos, diminuir, perder, tirar, diferença
Divisão	Razão

## AMOSTRA

## ► Exemplos práticos

Exemplo 1: O dobro de um número somado ao triplo do mesmo número é igual a 7. Qual é esse número?

Solução:

$$2x + 3x = 7$$

$$5x = 7$$

$$x = 7/5 = 1,4$$

$$\text{Resposta: } x = 1,4$$

Exemplo 2: Um relatório contém as seguintes informações sobre as turmas A, B e C:

- As três turmas possuem, juntas, 96 alunos;
- A turma A e a turma B possuem a mesma quantidade de alunos;
- A turma C possui o dobro de alunos da turma A.

Estas informações permitem concluir que a turma C possui a seguinte quantidade de alunos:

A) 48

B) 42

C) 28

D) 24

Solução:

$$A + B + C = 96$$

$$A = x$$

$$B = x$$

$$C = 2x$$

$$\text{Então } A + B + C = 96 \text{ é equivalente à } x + x + 2x = 96$$

$$4x = 96$$

$$x = 96/4$$

$$x = 24$$

Substituindo, temos

$$C = 2x$$

$$C = 2 \cdot 24$$

$$C = 48$$

Resposta: Alternativa A

Exemplo 3: Uma urna contém bolas azuis, vermelhas e brancas. Ao todo são 108 bolas. O número de bolas azuis é o dobro do de vermelhas, e o número de bolas brancas é o triplo do de azuis. Então, o número de bolas vermelhas é:

(A) 10

(B) 12

(C) 20

(D) 24

(E) 36

Solução:

$$A + V + B = 108$$

$$A = 2x$$

$$V = x$$

$$B = 3 \cdot 2x = 6x$$

$$\text{Então } A + V + B = 108 \text{ é equivalente à } 2x + x + 6x = 108$$

$$9x = 108$$

$$x = 108/9$$

$$x = 12$$

Logo, temos que

$$V = x = 12$$

Resposta: Alternativa B

Exemplo 4: Um fazendeiro dividirá seu terreno de modo a plantar soja, trigo e hortaliças. A parte correspondente à soja terá o dobro da área da parte em que será plantado trigo que, por sua vez, terá o dobro da área da parte correspondente às hortaliças. Sabe-se que a área total desse terreno é de 42 ha, assim a área em que se irá plantar trigo é de:

(A) 6 ha

(B) 12 ha

(C) 14 ha

(D) 18 ha

(E) 24 ha

Solução:

$$S + T + H = 42$$

$$S = 2 \cdot T = 4x$$

$$T = 2x$$

$$H = x$$

$$\text{Então } S + T + H = 42 \text{ é equivalente à } 4x + 2x + x = 42$$

$$7x = 42$$

$$x = 42/7$$

$$x = 6$$

Substituindo, temos

$$T = 2x$$

$$T = 2 \cdot 6$$

$$T = 12$$

Resposta: Alternativa B

Exemplo 5: Maria e Ana se encontram de três em três dias, Maria e Joana se encontram de cinco em cinco dias e Maria e Carla se encontram de dez em dez dias. Hoje as quatro amigas se encontraram. A próxima vez que todas irão se encontrar novamente será daqui a:

(A) 15 dias

(B) 18 dias

(C) 28 dias

(D) 30 dias

(E) 50 dias

Solução:

Calculando o MMC de 3 - 5 - 10 :

$$3, 5, 10 \mid 2$$

$$3, 5, 5 \mid 3$$

$$1, 5, 5 \mid 5$$

$$1, 1, 1 \mid 1$$

$$\text{MMC} = 2 \times 3 \times 5 \times 1 = 30 \text{ dias}$$

Resposta: Alternativa D

# INFORMÁTICA

## NOÇÕES DE INFORMÁTICA BÁSICA

### Noções de informática

A informática, ou ciência da computação, é a área dedicada ao processamento automático da informação por meio de sistemas computacionais. Seu nome, derivado da fusão das palavras “informação” e “automática”, reflete o objetivo principal: utilizar computadores e algoritmos para tratar, armazenar e transmitir dados de forma eficiente e precisa.

A evolução da informática começou com dispositivos de cálculo simples, como o ábaco, e avançou significativamente ao longo dos séculos. No século 17, Blaise Pascal criou a Pascaline, uma das primeiras calculadoras mecânicas. Já no século 19, Charles Babbage projetou a Máquina Analítica, precursora dos computadores modernos. Ada Lovelace, sua colaboradora, escreveu o primeiro algoritmo destinado a ser executado por uma máquina, tornando-se a primeira programadora da história.

No século 20, a informática passou por transformações revolucionárias. Surgiram os primeiros computadores eletrônicos, como o ENIAC, que usava válvulas para realizar cálculos em grande velocidade. A invenção do transistor e dos circuitos integrados possibilitou a criação de computadores menores e mais rápidos, e, com a chegada dos microprocessadores, os computadores pessoais começaram a se popularizar.

Hoje, a informática permeia praticamente todos os aspectos da vida cotidiana, desde smartphones até sistemas avançados de inteligência artificial. A área segue em constante inovação, impulsionando mudanças significativas em como nos comunicamos, trabalhamos e interagimos com o mundo ao nosso redor.

### Fundamentos de Informática

- **Computador:** é uma máquina capaz de receber, armazenar, processar e transmitir informações. Os computadores modernos são compostos por hardware (componentes físicos, como processador, memória, disco rígido) e software (programas e sistemas operacionais).
- **Hardware e Software:** hardware refere-se aos componentes físicos do computador, enquanto o software refere-se aos programas e aplicativos que controlam o hardware e permitem a execução de tarefas.
- **Sistema Operacional:** é um software fundamental que controla o funcionamento do computador e fornece uma interface entre o hardware e os programas. Exemplos de sistemas operacionais incluem Windows, macOS, Linux, iOS e Android.
- **Periféricos:** são dispositivos externos conectados ao computador que complementam suas funcionalidades, como teclado, mouse, monitor, impressora, scanner, alto-falantes, entre outros.

- **Armazenamento de Dados:** refere-se aos dispositivos de armazenamento utilizados para guardar informações, como discos rígidos (HDs), unidades de estado sólido (SSDs), pen drives, cartões de memória, entre outros.

- **Redes de Computadores:** são sistemas que permitem a comunicação entre computadores e dispositivos, permitindo o compartilhamento de recursos e informações. Exemplos incluem a Internet, redes locais (LANs) e redes sem fio (Wi-Fi).

- **Segurança da Informação:** Refere-se às medidas e práticas utilizadas para proteger os dados e sistemas de computadores contra acesso não autorizado, roubo, danos e outros tipos de ameaças.

### Tipos de computadores

- **Desktops:** são computadores pessoais projetados para uso em um único local, geralmente composto por uma torre ou gabinete que contém os componentes principais, como processador, memória e disco rígido, conectados a um monitor, teclado e mouse.

- **Laptops (Notebooks):** são computadores portáteis compactos que oferecem as mesmas funcionalidades de um desktop, mas são projetados para facilitar o transporte e o uso em diferentes locais.

- **Tablets:** são dispositivos portáteis com tela sensível ao toque, menores e mais leves que laptops, projetados principalmente para consumo de conteúdo, como navegação na web, leitura de livros eletrônicos e reprodução de mídia.

- **Smartphones:** são dispositivos móveis com capacidades de computação avançadas, incluindo acesso à Internet, aplicativos de produtividade, câmeras de alta resolução, entre outros.

- **Servidores:** são computadores projetados para fornecer serviços e recursos a outros computadores em uma rede, como armazenamento de dados, hospedagem de sites, processamento de e-mails, entre outros.

- **Mainframes:** são computadores de grande porte projetados para lidar com volumes massivos de dados e processamento de transações em ambientes corporativos e institucionais, como bancos, companhias aéreas e agências governamentais.

- **Supercomputadores:** são os computadores mais poderosos e avançados, projetados para lidar com cálculos complexos e intensivos em dados, geralmente usados em pesquisa científica, modelagem climática, simulações e análise de dados.

## AMOSTRA

## SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS; GERENCIAMENTO DE ARQUIVOS E PASTAS

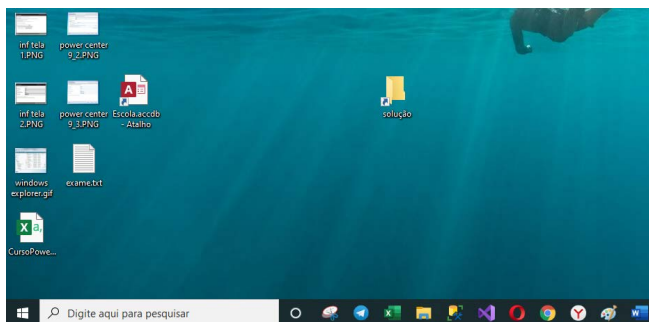
### WINDOWS 10

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, amplamente utilizado em computadores pessoais, laptops e dispositivos híbridos. Ele oferece uma interface intuitiva e recursos que facilitam a produtividade, o entretenimento e a conectividade.

### Área de trabalho

A área é o espaço principal de trabalho do sistema, onde você pode acessar atalhos de programas, pastas e arquivos. O plano de fundo pode ser personalizado com imagens ou cores sólidas, e os ícones podem ser organizados conforme sua preferência. Além disso, a barra de tarefas na parte inferior centraliza funções como:

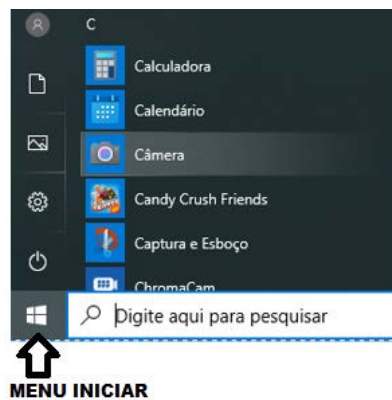
- **Botão Iniciar:** acesso rápido aos aplicativos e configurações.
- **Barra de pesquisa:** facilita a busca de arquivos e aplicativos no sistema.
- **Ícones de aplicativos:** mostram os programas em execução ou fixados.
- **Relógio e notificações:** localizados no canto direito para visualização rápida.



### Uso dos menus

Os menus no Windows 10 são projetados para facilitar o acesso a diversas funções e aplicativos. Ao clicar no botão Iniciar, você encontrará:

- Uma lista dos programas instalados.
- Atalhos para aplicativos fixados.
- A barra de pesquisa, onde você pode digitar para localizar programas, arquivos e configurações de forma rápida.



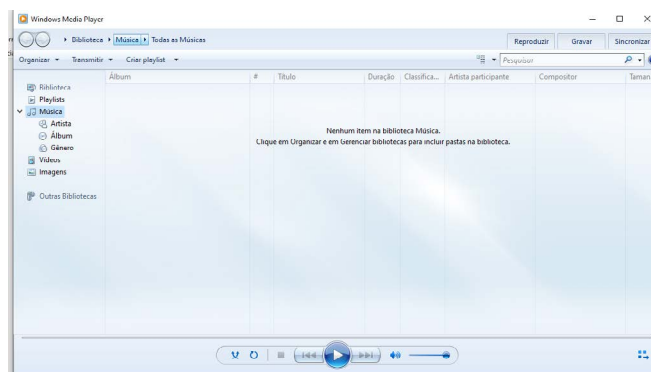
MENU INICIAR

### Programas e interação com o usuário

Para entender melhor as funções categorizadas no Windows 10, vamos dividir os programas por categorias, explorando as possibilidades que cada um oferece para o usuário.

**Música e Vídeo:** O Windows Media Player é o player nativo do sistema, projetado para reproduzir músicas e vídeos, proporcionando uma experiência multimídia completa. Suas principais funcionalidades incluem:

- **Organização de bibliotecas:** gerencie arquivos de música, fotos e vídeos armazenados no computador.
- **Reprodução de mídia:** toque músicas e vídeos em diversos formatos compatíveis.
- **Criação de playlists:** organize suas músicas em listas personalizadas para diferentes ocasiões.
- **Gravação de CDs:** transfira suas playlists para CDs de maneira prática.
- **Sincronização com dispositivos externos:** conecte dispositivos de armazenamento e transfira sua mídia facilmente.



### Conceito de pastas e diretórios

Pasta algumas vezes é chamada de diretório, mas o nome "pasta" ilustra melhor o conceito. Pastas servem para organizar, armazenar e organizar os arquivos. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos, aplicativos diversos).

Lembrando sempre que o Windows possui uma pasta com o nome do usuário onde são armazenados dados pessoais.

Dentro deste contexto temos uma hierarquia de pastas.

# CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

## FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS, HISTÓRICOS, SOCIAIS, POLÍTICOS E LEGAIS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA APLICADOS À EDUCAÇÃO INFANTIL

### FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

A história da Educação Infantil no Brasil é marcada por uma mudança profunda: a passagem de uma concepção assistencialista para uma concepção educacional e de direitos. Durante muito tempo, as instituições destinadas às crianças pequenas não eram compreendidas como parte do sistema educacional. As creches, em especial, surgiram associadas à proteção de crianças pobres e ao apoio às mães trabalhadoras, principalmente em contextos urbanos e industriais. Seu objetivo principal era guardar, alimentar e proteger as crianças enquanto suas famílias trabalhavam. Havia, portanto, uma forte marca de assistência social, caridade e controle da pobreza.

Essa origem histórica explica por que, ainda hoje, algumas pessoas confundem creche com depósito de crianças ou entendem a Educação Infantil apenas como espaço de cuidado físico. Essa visão, porém, está superada pelas normas educacionais brasileiras. A creche e a pré-escola integram a Educação Infantil e fazem parte da Educação Básica, devendo ser organizadas com intencionalidade pedagógica, profissionais qualificados, proposta curricular adequada, espaços seguros e experiências que promovam o desenvolvimento integral.

No Brasil, é possível perceber uma diferença histórica entre creches e jardins de infância. As creches foram inicialmente destinadas às crianças das classes populares, com caráter predominantemente assistencial. Já os jardins de infância, inspirados em experiências europeias, especialmente nas ideias de Friedrich Froebel, costumavam atender crianças de famílias mais favorecidas e apresentavam uma proposta mais explicitamente pedagógica. Essa separação revelou uma desigualdade social importante: para crianças pobres, cuidado e guarda; para crianças ricas, educação e desenvolvimento.

Com o passar do tempo, movimentos sociais, educadores, pesquisadores, mulheres trabalhadoras e defensores dos direitos da criança passaram a reivindicar que o atendimento à infância fosse reconhecido como direito educacional. Essa luta ganhou força no processo de redemocratização brasileira, especialmente na década de 1980. A Constituição Federal de 1988 foi o marco decisivo dessa transformação, porque reconheceu a criança como sujeito de direitos e estabeleceu a Educação Infantil como dever do Estado.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990, reforçou essa mudança ao adotar a doutrina da proteção integral. O art. 3º do ECA dispõe que “a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana”, assegurando-lhes oportunidades e facilidades para

o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. Esse dispositivo é importante porque mostra que a criança não é objeto de tutela passiva; ela é pessoa em desenvolvimento e titular de direitos fundamentais.

A LDB de 1996 consolidou a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica. Isso alterou profundamente o modo como o Estado brasileiro deveria tratar creches e pré-escolas. A partir dessa integração ao sistema educacional, a Educação Infantil passou a exigir planejamento pedagógico, formação docente, avaliação institucional, proposta curricular e acompanhamento pelos órgãos educacionais competentes.

Outro marco importante são as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, fixadas pela Resolução CNE/CEB nº 5/2009. As DCNEI afirmam que a proposta pedagógica da Educação Infantil deve ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira. Essa orientação é essencial, porque afasta a ideia de escolarização precoce baseada em cópia, repetição mecânica, provas, apostilas rígidas e antecipação inadequada de conteúdos do Ensino Fundamental.

A Base Nacional Comum Curricular também reforça essa concepção ao apresentar seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Esses direitos indicam que a criança aprende de forma ativa, corporal, afetiva, social, simbólica e cultural.

Assim, a história da Educação Infantil brasileira revela uma conquista: o que antes era visto como assistência às famílias passou a ser reconhecido como direito da criança. Para concursos, essa transição é um ponto-chave. As bancas costumam cobrar exatamente essa mudança de paradigma: da guarda e assistência para o cuidado educativo; da criança como objeto de proteção para a criança como sujeito de direitos; da creche como favor social para a Educação Infantil como dever estatal.

### FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Os fundamentos psicológicos da Educação Infantil ajudam a compreender como a criança pequena aprende, desenvolve-se e constrói conhecimentos. Diferentemente de uma visão tradicional, que tratava a criança como ser incompleto, passivo ou incapaz, as teorias contemporâneas da educação reconhecem a criança como sujeito ativo, curioso, produtor de cultura e participante de relações sociais. Na Educação Infantil, aprender não significa apenas memorizar informações, repetir letras, copiar números ou antecipar conteúdos do Ensino Fundamental. Aprender é explorar o mundo, interagir com outras crianças e adultos, brincar, movimentar-se, comunicar-se, imaginar, experimentar, perguntar, narrar e atribuir sentidos às experiências.

## AMOSTRA

mondo, formula hipóteses, enfrenta desequilíbrios e reorganiza suas estruturas mentais. Na Educação Infantil, isso significa que a criança precisa manipular objetos, comparar, classificar, montar, desmontar, observar, experimentar e resolver pequenos problemas. O professor não deve apenas transmitir respostas, mas criar situações em que a criança possa pensar, agir e reconstruir suas ideias.

Lev Vygotsky, por sua vez, destaca o papel das relações sociais e da linguagem no desenvolvimento humano. Para ele, a aprendizagem acontece em interação com o outro e é mediada pela cultura. Um conceito muito importante é a zona de desenvolvimento proximal, que se refere à distância entre aquilo que a criança consegue fazer sozinha e aquilo que consegue fazer com a ajuda de alguém mais experiente. Na prática pedagógica da Educação Infantil, isso significa que o professor deve observar as possibilidades da criança, oferecer mediações adequadas, propor desafios possíveis e valorizar a cooperação entre pares. A criança aprende com o adulto, com outras crianças, com os objetos culturais e com as situações sociais das quais participa.

Henri Wallon também é essencial para compreender a Educação Infantil, especialmente porque valoriza a integração entre afetividade, movimento, cognição e socialização. Para Wallon, o desenvolvimento da criança não pode ser separado de suas emoções, de seu corpo e das relações que estabelece com o meio. Isso tem grande impacto pedagógico: uma criança insegura, ignorada, humilhada ou submetida a práticas autoritárias pode ter sua participação e aprendizagem prejudicadas. Por isso, o vínculo afetivo, o acolhimento, a escuta e o respeito aos ritmos infantis não são elementos secundários; são condições fundamentais para o desenvolvimento.

A brincadeira ocupa lugar central nos fundamentos psicológicos da Educação Infantil. Brincar não é perda de tempo, intervalo entre atividades “sérias” ou recompensa por bom comportamento. Brincar é uma forma própria de a criança compreender o mundo, expressar emoções, elaborar conflitos, construir papéis sociais, desenvolver linguagem, ampliar a imaginação e experimentar regras. Quando uma criança brinca de casinha, mercado, escola, médico ou faz de conta, ela está reorganizando experiências sociais e produzindo sentidos sobre a realidade. Por isso, as DCNEI colocam a brincadeira, junto com as interações, como eixo estruturante da prática pedagógica.

A afetividade também é um fundamento decisivo. Na Educação Infantil, a criança depende intensamente das relações estabelecidas com adultos e colegas. O modo como é recebida, chamada pelo nome, confortada, incentivada e respeitada interfere em sua autoestima, autonomia e segurança emocional. A construção da autonomia, aliás, não significa deixar a criança fazer tudo sozinha sem orientação, mas criar condições para que ela participe gradualmente de decisões, cuide de seus pertences, escolha brincadeiras, resolva conflitos com mediação e desenvolva confiança em suas capacidades.

Outro ponto importante é o desenvolvimento da linguagem. A criança pequena comunica-se pelo choro, pelo olhar, pelo gesto, pelo movimento, pelo desenho, pela fala, pela música e pela brincadeira. Portanto, o professor deve valorizar múltiplas linguagens, não apenas a linguagem verbal escrita. A Educação Infantil precisa oferecer experiências com histórias, cantigas, rodas de conversa, dramatizações, desenhos, pinturas, modelagens, jogos corporais e contato com diferentes manifestações culturais.

## FUNDAMENTOS SOCIAIS E POLÍTICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil também precisa ser compreendida em seus fundamentos sociais e políticos. Nenhuma escola está isolada da sociedade. As crianças chegam às instituições trazendo histórias familiares, condições econômicas, identidades culturais, pertencimentos étnico-raciais, religiões, modos de falar, experiências comunitárias e diferentes formas de viver a infância. Por isso, a Educação Infantil não pode adotar um modelo único e abstrato de criança, como se todas tivessem as mesmas oportunidades, os mesmos repertórios e as mesmas necessidades.

Do ponto de vista social, a Educação Infantil tem papel relevante no enfrentamento das desigualdades. O acesso a creches e pré-escolas de qualidade pode ampliar oportunidades de desenvolvimento, convivência, proteção e aprendizagem, especialmente para crianças em situação de vulnerabilidade. No entanto, é preciso ter cuidado: a Educação Infantil não deve ser vista apenas como instrumento para compensar carências sociais. Essa ideia pode gerar uma visão inferiorizada das crianças pobres, como se elas fossem deficientes culturais ou incapazes. O correto é compreender que todas as crianças têm saberes, culturas e potencialidades, e que cabe ao Estado garantir condições materiais, pedagógicas e humanas para que seus direitos sejam efetivados.

Politicamente, a Educação Infantil é uma política pública de grande importância. Sua oferta depende de decisões do Estado, financiamento adequado, construção e manutenção de unidades, formação de professores, elaboração de propostas pedagógicas, gestão democrática e controle social. Não basta afirmar que a criança tem direito à educação; é necessário organizar meios concretos para garantir esse direito. Por isso, temas como financiamento da educação, planos municipais de educação, regime de colaboração entre entes federativos e valorização dos profissionais aparecem com frequência nos debates sobre Educação Infantil.

A Constituição Federal, no art. 205, estabelece que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho. Embora esse artigo se aplique à educação como um todo, ele também fundamenta a Educação Infantil, pois reconhece a educação como direito universal e como responsabilidade compartilhada. No caso das crianças pequenas, essa responsabilidade deve ser exercida com especial atenção à proteção, ao cuidado, à escuta e à participação infantil.

A relação entre escola e família é outro ponto relevante. A LDB afirma que a Educação Infantil complementa a ação da família e da comunidade. Complementar não significa substituir a família, nem submeter a escola às vontades particulares de cada responsável. Significa construir uma relação de diálogo, corresponsabilidade e respeito, reconhecendo que a criança transita entre diferentes espaços educativos. A instituição de Educação Infantil deve acolher as famílias, compreender suas realidades, comunicar-se de forma clara e criar vínculos, mas sem abrir mão de sua função pedagógica e de sua responsabilidade legal.

A dimensão social também envolve a valorização da diversidade. A Educação Infantil precisa respeitar diferenças étnico-raciais, culturais, religiosas, linguísticas, corporais, de gênero,

# LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

## CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988, ESPECIALMENTE ARTS. 205 A 214

### EDUCAÇÃO

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituindo-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

#### Organização dos Sistemas de Ensino:

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

ENTE FEDERADO	ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA)
União	Ensino superior e técnico
Estados e DF	Ensino fundamental e médio
Municípios	Educação infantil e ensino fundamental

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtlpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGGdrdc%253D+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=b>

### CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO ESPORTO

#### SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático - científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§2º O disposto neste artigo aplica - se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré - escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

## AMOSTRA

§1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§2º O não - oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer - lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão ação redistributiva em relação a suas escolas.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§7º O padrão mínimo de qualidade de que trata o §1º deste artigo considerará as condições adequadas de oferta e terá como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ), pactuados em regime de colaboração na forma disposta em lei complementar, conforme o parágrafo único do art. 23 desta Constituição.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§2º Para efeito do cumprimento do disposto no “caput” deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário - educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)(Vide Decreto nº 6.003, de 2006)

§6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário - educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§7º É vedado o uso dos recursos referidos no caput e nos §§5º e 6º deste artigo para pagamento de aposentadorias e de pensões.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§8º Na hipótese de extinção ou de substituição de impostos, serão redefinidos os percentuais referidos no caput deste artigo e no inciso II do caput do art. 212 - A, de modo que resultem recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, bem como os recursos subvinculados aos fundos de que trata o art. 212 - A desta Constituição, em aplicações equivalentes às anteriormente praticadas.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§9º A lei disporá sobre normas de fiscalização, de avaliação e de controle das despesas com educação nas esferas estadual, distrital e municipal.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212 - A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições:(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020) Regulamento

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

# CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

## Professor(a) de Educação Infantil

**TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL; ESPECIFICIDADES DO ATENDIMENTO A BEBÊS, CRIANÇAS BEM PEQUENAS E CRIANÇAS PEQUENAS; CRIANÇA COMO SUJEITO DE DIREITOS, ATIVA EM SEUS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO**

### O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

#### ► A identidade profissional do professor da Educação Infantil

O trabalho docente na Educação Infantil possui características próprias, pois não se limita à transmissão de conteúdos escolares nem à antecipação de práticas típicas do Ensino Fundamental. Nessa etapa, o professor atua diretamente na formação integral da criança, considerando suas dimensões física, afetiva, cognitiva, social, cultural, ética e estética. Isso significa que ensinar na Educação Infantil exige compreender que bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas aprendem por meio das interações, das brincadeiras, da exploração do ambiente, do corpo, da linguagem, da imaginação e das relações que estabelecem com outras crianças e adultos.

A identidade profissional do professor da Educação Infantil envolve uma postura atenta, sensível e intencional. O docente precisa observar as crianças, reconhecer seus interesses, compreender suas necessidades e organizar experiências que favoreçam o desenvolvimento. Sua atuação não deve ser improvisada, embora precise ser flexível. A rotina, os espaços, os materiais, as propostas e os momentos de cuidado devem ser planejados com finalidade pedagógica, respeitando os tempos infantis e valorizando a criança como participante ativa do processo educativo.

#### ► Planejamento pedagógico, cuidado e intencionalidade educativa

Na Educação Infantil, cuidar e educar são ações indissociáveis. Alimentar, acolher, trocar, higienizar, colocar para dormir, acompanhar a chegada e a saída, mediar conflitos e organizar brincadeiras são momentos que também educam. O modo como o professor fala com a criança, espera sua resposta, respeita seu corpo, incentiva sua autonomia e acolhe suas emoções revela uma concepção de infância e de educação.

O planejamento pedagógico deve partir da observação das crianças reais, e não de modelos prontos. Ao planejar, o professor considera o grupo, a faixa etária, os interesses manifestados, as experiências anteriores, o contexto sociocultural e os objetivos de desenvolvimento. A intencionalidade educativa aparece quando o docente organiza situações significativas para que as crianças explorem, experimentem, convivam, expressem-se e construam conhecimentos sobre si, sobre os outros e sobre o mundo.

### Elementos centrais do trabalho docente

- Observação cuidadosa das crianças em diferentes momentos da rotina.
- Planejamento de experiências adequadas à faixa etária e ao contexto do grupo.
- Organização de espaços seguros, acessíveis, acolhedores e desafiadores.
- Oferta de materiais variados que estimulem exploração, imaginação e criação.
- Mediação das interações entre crianças, adultos, objetos e ambientes.
- Registro do percurso de aprendizagem e desenvolvimento de cada criança.

#### ► Observação, registro e avaliação na prática docente

A avaliação na Educação Infantil não tem caráter classificatório, seletivo ou punitivo. Ela deve servir para compreender o percurso da criança e orientar o trabalho pedagógico. Por isso, o professor observa as formas de participação, comunicação, brincadeira, movimento, relação com os colegas, expressão de sentimentos, curiosidade, autonomia e construção de conhecimentos.

Os registros são instrumentos fundamentais nesse processo. Podem aparecer em forma de anotações, fotografias, relatos, portfólios, produções das crianças e documentação pedagógica. O mais importante é que o registro não seja apenas burocrático, mas uma ferramenta de reflexão sobre a prática. Ao registrar, o professor interpreta o que as crianças mostram, identifica avanços, percebe necessidades e reorganiza suas propostas.

Assim, o trabalho docente na Educação Infantil exige conhecimento pedagógico, sensibilidade humana e compromisso ético. O professor é responsável por criar condições para que a criança viva experiências ricas, seguras e significativas, reconhecendo-a como sujeito de direitos, capaz de participar, comunicar-se, brincar, investigar, imaginar e aprender desde o início da vida.

### ESPECIFICIDADES DO ATENDIMENTO A BEBÊS, CRIANÇAS BEM PEQUENAS E CRIANÇAS PEQUENAS

#### ► Bebês: vínculo, corpo, cuidado e comunicação

O atendimento aos bebês exige uma prática docente marcada por presença, afeto, segurança e observação constante. Nessa fase, a criança se comunica principalmente pelo corpo, pelo olhar, pelos gestos, pelos sons, pelas expressões faciais e pelos movimentos. Por isso, o professor precisa desenvolver uma escuta sensível, capaz de perceber necessidades, preferências, desconfortos, interesses e formas próprias de interação. O bebê não é um ser passivo à espera de cuidados; ele participa das relações, responde aos estímulos, busca contato, explora objetos e constrói vínculos com os adultos e com o ambiente.

## AMOSTRA

O cuidado com bebês deve ser compreendido como ação educativa. Momentos de alimentação, higiene, sono, colo, troca e deslocamento não são apenas tarefas de rotina, mas oportunidades de interação, linguagem e construção de confiança. Quando o professor conversa com o bebê, nomeia ações, respeita seu ritmo, antecipa o que será feito e acolhe suas reações, contribui para sua segurança emocional e para seu desenvolvimento.

#### Aspectos importantes no atendimento aos bebês

- Garantia de vínculos estáveis, acolhedores e respeitosos.
- Organização de espaços seguros para movimento, exploração e descanso.
- Respeito aos ritmos individuais de sono, alimentação, adaptação e interação.
- Valorização do corpo como meio de comunicação, aprendizagem e expressão.
- Oferta de objetos adequados à exploração sensorial e motora.

#### ► Crianças bem pequenas: movimento, linguagem e exploração do mundo

As crianças bem pequenas vivem um período de intensa descoberta do corpo, da linguagem, dos objetos, das pessoas e dos espaços. Elas começam a ampliar sua autonomia, deslocam-se com mais segurança, demonstram preferências, imitam ações, testam possibilidades e expressam desejos com maior clareza. O professor deve organizar experiências que favoreçam a exploração do ambiente, a brincadeira livre e orientada, a comunicação oral, a convivência e o desenvolvimento motor.

Nessa etapa, é essencial compreender que a criança aprende fazendo, repetindo, experimentando, observando e interagindo. Uma proposta simples, como brincar com água, areia, tecidos, caixas, tintas ou elementos da natureza, pode favorecer aprendizagens importantes, desde que seja planejada com intenção pedagógica. O professor não precisa transformar todas as situações em explicações formais; muitas vezes, sua principal função é preparar o ambiente, acompanhar as descobertas, enriquecer a linguagem, garantir segurança e ampliar as possibilidades de ação da criança.

Também é comum que as crianças bem pequenas apresentem conflitos por brinquedos, disputas por atenção, dificuldades de espera e forte necessidade de afirmação de vontade. Esses comportamentos não devem ser tratados apenas como indisciplina, mas como parte do processo de construção da convivência, da comunicação e da autorregulação. A mediação docente deve ser firme, respeitosa e educativa.

#### ► Crianças pequenas: autonomia, imaginação, convivência e participação

As crianças pequenas já apresentam maior domínio da linguagem oral, ampliam suas brincadeiras simbólicas, fazem perguntas, constroem narrativas, expressam opiniões e participam com mais autonomia da rotina. O trabalho docente, nessa fase, deve favorecer experiências que envolvam imaginação, investigação, expressão artística, contato com diferentes linguagens, resolução de problemas, convivência em grupo e participação nas decisões possíveis do cotidiano.

É importante evitar práticas que antecipem de modo inadequado a escolarização formal. A Educação Infantil não deve ser reduzida ao treino de letras, números ou atividades repetitivas em folhas. Embora a criança possa ter contato com a cultura escrita, com noções matemáticas, com histórias, registros, músicas e diferentes formas de representação, isso deve ocorrer por meio de experiências significativas, contextualizadas e adequadas à infância.

O professor deve propor situações em que as crianças possam brincar, conversar, criar hipóteses, ouvir histórias, desenhar, cantar, construir, dramatizar, cuidar de plantas, explorar espaços externos, participar de rodas de conversa e conviver com diferentes formas de ser e de pensar. Assim, a aprendizagem ocorre de maneira integrada, respeitando a criança como sujeito ativo e competente.

#### Cuidados pedagógicos comuns às três faixas etárias

- Respeitar os tempos, interesses e necessidades de cada criança.
- Evitar comparações entre crianças, pois o desenvolvimento não ocorre de forma igual para todos.
- Garantir segurança física, emocional e afetiva nas interações cotidianas.
- Planejar experiências que integrem cuidado, brincadeira, linguagem e convivência.
- Observar continuamente para ajustar as práticas às características do grupo.

O atendimento a bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas exige do professor conhecimento sobre o desenvolvimento infantil, mas também sensibilidade para reconhecer cada criança em sua singularidade. A prática pedagógica deve valorizar o vínculo, a escuta, o brincar, o movimento, a linguagem, a autonomia e a participação, sempre considerando que cada fase da infância possui modos próprios de aprender, comunicar-se e estar no mundo.

#### A CRIANÇA COMO SUJEITO DE DIREITOS, ATIVA EM SEUS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

##### ► Direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil

Reconhecer a criança como sujeito de direitos significa compreender que ela não é apenas alguém que será preparada para o futuro, mas uma pessoa que já vive o presente com necessidades, capacidades, desejos, linguagens e formas próprias de participação. Na Educação Infantil, essa compreensão orienta o trabalho pedagógico para além da assistência ou da preparação escolar, afirmando que toda criança tem direito a conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se. Esses direitos devem aparecer na rotina, nas propostas, nos espaços, nas relações e nas decisões pedagógicas.

A criança aprende de maneira ativa quando tem oportunidade de experimentar, investigar, escolher, repetir, perguntar, imaginar, movimentar-se, observar e interagir. Por isso, o professor não deve tratar a criança como receptora passiva de ordens ou conteúdos prontos. Sua função é criar condições para que ela



# GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

**EU QUERO SER APROVADO!**

